

José Carlos Fernandes Junior

PGJ MPMG 2027/2028

Programa de Gestão do MPMG

Paridade · Protagonismo · Transparência

“Conheçam nossas propostas”

Condições de
trabalho,
independência e
resultados para a
sociedade.



APRESENTAÇÃO

Compromissos para a gestão do MPMG

A Administração Superior deve oferecer condições para que Procuradores e Promotores de Justiça cumpram sua missão com independência e efetividade. Pessoal, orçamento, tecnologia e estruturas de apoio precisam responder às necessidades reais das unidades.

Este programa reúne quinze eixos para valorizar as pessoas, fortalecer a presença regional e ampliar os resultados entregues à sociedade. Cada eixo apresenta compromissos e uma entrega inicial, vinculada ao plano dos primeiros 100 dias.

As propostas serão desenvolvidas com participação de membros e servidores, respeito aos órgãos colegiados, transparência nas decisões e responsabilidade jurídica e orçamentária. O diagnóstico inicial fundamentará as metas quantitativas e a ordem dos investimentos.

PARIDADE · PROTAGONISMO · TRANSPARÊNCIA

Paridade institucional, protagonismo e transparência orientam este projeto. A gestão será pautada pela ética, impessoalidade e prevenção de conflitos de interesses, com prestação de contas. Completam esses compromissos a prioridade à atividade-fim, eficiência, participação, descentralização responsável, inovação segura e responsabilidade nas decisões.

PROGRAMA DE GESTÃO

Quinze eixos para a gestão

Toque no eixo para ir à página correspondente.

01	Autonomia e diálogo	04
02	Atividade finalística e gestão	05
03	Interior e apoio regional	06
04	Segunda instância	07
05	Pessoas e carreira	08
06	Tecnologia e IA	09
07	Atuação criminal	10
08	Tutela coletiva e direitos	11
09	Soluções e prevenção de conflitos	12
10	Orçamento e transparência	13
11	Democracia e participação	14
12	Legalidade e garantias	15
13	Futuro e sustentabilidade	16
14	Aposentados e pensionistas	17
15	Resultados e prestação de contas	18

Implementação e acompanhamento

Cronograma visual das entregas

EIXO 01

Autonomia e diálogo institucional

Uma Procuradoria-Geral presente, firme na defesa da Instituição e capaz de antecipar crises.

Independência e prerrogativas. Defender a autonomia institucional e a independência funcional, com apoio aos membros diante de ameaças e pressões indevidas e respostas jurídicas e administrativas coordenadas.

Interlocução em Brasília. Manter diálogo permanente com Congresso Nacional, CNMP, CNJ, STF e STJ. Acompanhar propostas legislativas, pautas administrativas e processos relevantes para antecipar riscos e defender as atribuições do Ministério Público.

Posições institucionais. Construir, com os órgãos competentes, posições claras sobre temas estratégicos. Articular soluções com os Poderes, o Sistema de Justiça e a sociedade civil, preservando a independência e o caráter republicano das relações.

Escuta e comunicação. Manter interlocução com a classe e as entidades representativas, responder às demandas e explicar decisões. Comunicar à sociedade a missão e os resultados do MPMG, sem personalismo.

ENTREGA INICIAL

Agenda de escuta e fluxo permanente de acompanhamento das pautas de Brasília, com responsáveis, alertas e encaminhamento das respostas institucionais.

EIXO 02

Atividade finalística e gestão eficiente

Organizar a Administração a partir das necessidades das Promotorias e Procuradorias de Justiça.

Estrutura e pessoal. Mapear recursos e força de trabalho segundo população, acervos, complexidade, vulnerabilidades e peculiaridades regionais. Redimensionar o apoio conforme as necessidades identificadas.

Organização administrativa. Revisar o organograma central, integrar funções e eliminar sobreposições. Definir parâmetros objetivos para membros afastados da atividade de origem para funções de confiança, preservando estruturas indispensáveis.

Apoio que entrega. Avaliar periodicamente centros de apoio, coordenadorias e assessorias por sua utilidade às unidades. Direcionar prioritariamente as economias obtidas para assessoramento, tecnologia e apoio técnico à atividade-fim.

Secretarias profissionalizadas. Qualificar a gestão das Secretarias das Promotorias, com servidores preparados, responsabilidades claras e rotinas simplificadas.

Decisão e simplificação. Consolidar atos internos, atualizar normas e reduzir etapas desnecessárias. Definir prazos de resposta e fundamentar decisões, com acompanhamento das solicitações e respeito às instâncias de revisão.

ENTREGA INICIAL

Diagnóstico da estrutura e plano de simplificação, com critérios de alocação, prioridades de reforço às unidades e prazos para serviços administrativos.

EIXO 03

Interior forte e apoio regional

Aproximar recursos especializados de quem atua nas diferentes regiões de Minas Gerais.

Regionalização avaliada. Consultar os membros e avaliar custos, atribuições e resultados das estruturas regionais. Manter, transformar ou substituir modelos conforme sua efetividade e as necessidades locais.

Estrutura essencial. Definir parâmetros de assessoria, apoio administrativo, equipamentos e conectividade. Priorizar unidades de difícil provimento ou com sobrecarga, inclusive em violência doméstica.

Referências regionais. Estruturar centros onde houver necessidade comprovada e ampliar acesso a perícias, engenharia, contabilidade e análise de dados, combinando equipes regionais, apoio remoto e presença técnica.

Cobertura e permanência. Organizar rede de substituições para férias, afastamentos, vacâncias e emergências. Regulamentar critérios de difícil provimento e estudar incentivos juridicamente admissíveis, observadas as decisões vinculantes e a disponibilidade orçamentária.

Administração presente. Realizar visitas de trabalho e organizar solicitações de pessoal, manutenção e tecnologia em canal único, com prioridades conforme urgência e impacto.

ENTREGA INICIAL

Mapa das necessidades e plano de atendimento por região, com prioridades, cronograma, cobertura de substituições e medidas para as unidades em situação crítica.

EIXO 04

Segunda instância valorizada e integrada

Construir com os Procuradores de Justiça condições compatíveis com a relevância da atuação recursal.

Modernização das Procuradorias. Implementar plano de melhoria do assessoramento, apoio técnico e administrativo, instalações e recursos tecnológicos. Integrar sistemas, aperfeiçoar fluxos e reduzir burocracia.

Demanda e distribuição. Dimensionar acervos, complexidade e evolução da demanda, considerando a organização e as estruturas do Tribunal de Justiça. Ajustar equipes e rotinas para resposta tempestiva e qualificada.

Substituições previsíveis. Regulamentar, nos limites da Lei Orgânica, a convocação temporária de Promotores elegíveis nos afastamentos legalmente admitidos, com critérios objetivos, prazo determinado e participação dos órgãos colegiados competentes.

Integração entre instâncias. Criar canais para compartilhar teses, precedentes e estratégias, acompanhar casos de repercussão e fortalecer a continuidade do trabalho, respeitada a independência funcional.

ENTREGA INICIAL

Plano de modernização da segunda instância, construído com os Procuradores de Justiça, com prioridades de apoio, integração de sistemas e proposta de cobertura dos afastamentos.

EIXO 05

Pessoas e condições de trabalho

Valorizar membros e servidores com apoio adequado, direitos tratados com transparência e cuidado com a saúde.

Carreira em Movimento. Estabelecer fluxo contínuo de remoções e promoções, com edital a cada vacância de Promotoria, inclusive nas unidades de origem, observados os requisitos legais. Fixar prazos para os atos da gestão e manter acompanhamento atualizado de vagas, editais e procedimentos, reduzindo esperas e ampliando a previsibilidade profissional e familiar.

Carga de trabalho e NAPP. Dimensionar assessorias pelos acervos, complexidade e acumulações. Aperfeiçoar critérios transparentes do NAPP e usar seus dados para identificar passivos, compensar trabalho extraordinário e orientar soluções estruturais.

Férias e afastamentos. Planejar cobertura com antecedência, articulada à rede regional, para garantir o efetivo exercício dos direitos e reduzir adiamentos por insuficiência de pessoal.

Saúde e segurança. Fortalecer saúde mental, prevenção ao assédio e proteção de pessoas ameaçadas, com acolhimento sigiloso e apoio em situações críticas.

Formação e oportunidades. Articular com o CEAF formação prática, mentoria e atualização contínua. Promover acessibilidade e igualdade de oportunidades, valorizando a experiência dos aposentados.

ENTREGA INICIAL

Plano de melhoria das condições de trabalho, articulado às medidas da segunda instância, com apoio, saúde, segurança, formação, cobertura de férias e fluxo do Carreira em Movimento.

EIXO 06

Tecnologia e inteligência artificial

Devolver tempo à atividade finalística com sistemas simples, integrados e seguros.

Menos retrabalho. Revisar rotinas, integrar sistemas e automatizar tarefas repetitivas. Ouvir usuários antes de ampliar soluções e avaliar o tempo efetivamente poupado.

IA institucional. Disponibilizar ferramentas para pesquisa, análise documental, organização de informações e apoio à redação, com revisão humana, verificação das fontes e proteção do sigilo e dos dados.

Soluções estratégicas. Compatibilizar ferramentas de mercado com a preservação e o desenvolvimento de sistemas próprios para dados sensíveis, inteligência e atividades estratégicas.

Dados úteis. Criar painéis de acervos, riscos e planejamento, contextualizados por atribuição e complexidade. Avaliar qualidade e resultados junto com a produtividade.

Segurança e capacitação. Fortalecer controles de acesso, continuidade dos serviços e resposta a incidentes. Oferecer treinamento prático e suporte adequado a diferentes níveis de familiaridade digital.

ENTREGA INICIAL

Seleção participativa de rotinas para projetos-piloto de integração e IA, com governança de dados e medição de tempo poupado, qualidade e satisfação dos usuários.

EIXO 07

Atuação criminal e segurança pública

Combinar investigação qualificada, proteção às vítimas e prevenção, com respeito às garantias.

Inteligência e investigação. Mapear facções e economias ilícitas por território. Reforçar apoio contra crime organizado, corrupção e lavagem de dinheiro, com análise financeira, prova digital e cooperação especializada.

Prevenção territorial. Integrar atuação criminal, tutela coletiva e pesquisa interdisciplinar. Relacionar indicadores sociais e criminais para orientar políticas de educação, trabalho e urbanização, sem estigmatizar territórios ou populações.

Júri e vítimas. Ampliar preparação para o Tribunal do Júri e apoio em casos complexos. Articular atendimento a vítimas e testemunhas, com atenção à violência doméstica, sexual e contra crianças.

Execução penal. Qualificar a fiscalização prisional e o acompanhamento da pena, enfrentando organizações criminosas e promovendo condições adequadas de custódia e reinserção social.

Qualidade da resposta. Apoiar controle externo da atividade policial, preservação da prova e avaliação dos acordos penais cabíveis, com formação continuada e respeito ao modelo acusatório.

ENTREGA INICIAL

Plano de apoio criminal, com prioridades regionais, diagnóstico territorial, fluxo para casos complexos e articulação das medidas de prevenção e proteção às vítimas.

EIXO 08

Tutela coletiva e direitos fundamentais

Transformar a defesa de direitos em serviços acessíveis, danos reparados e resultados verificáveis.

Saúde e proteção social. Qualificar atuação em saúde, educação, infância e juventude e direitos de pessoas idosas e com deficiência, com apoio para reduzir filas e superar omissões em políticas previstas em lei.

Ambiente e desastres. Fortalecer prevenção e resposta a desastres, fiscalização da mineração, segurança hídrica, proteção da fauna e adaptação climática. Apoiar reparação integral e obrigações de longo prazo.

Patrimônio e consumidor. Ampliar suporte em contratações públicas, transparência, recuperação de ativos e proteção dos consumidores, especialmente em problemas recorrentes ou regionais.

Cidades e serviços. Articular habitação, saneamento, transporte metropolitano, urbanismo e patrimônio cultural, com centros de apoio e cooperação entre comarcas.

Políticas e impacto social. Atuar de forma qualificada em pactos e espaços de governança, preservadas as competências do Executivo. Usar os instrumentos judiciais e extrajudiciais cabíveis para enfrentar omissões e medir os efeitos concretos na vida das pessoas.

ENTREGA INICIAL

Carteira de projetos prioritários por região, com apoio técnico, objetivos verificáveis, participação dos interessados e indicadores de acesso a direitos e reparação de danos.

EIXO 09

Soluções efetivas e prevenção de conflitos

Escolher a estratégia adequada a cada problema e acompanhar seus efeitos até a entrega do resultado.

Apoio à decisão. Disponibilizar diagnóstico técnico, avaliação de riscos e suporte à escolha dos instrumentos de atuação, respeitadas a convicção fundamentada do membro e as particularidades do caso.

Autocomposição qualificada. Ampliar formação e apoio em negociação e mediação, inclusive em conflitos complexos, com base técnica e participação das pessoas e comunidades afetadas.

Acordos que se cumprem. Apoiar a construção de obrigações claras, prazos, garantias, indicadores e mecanismos de fiscalização. Acompanhar compromissos e organizar resposta ao descumprimento.

Atuação integrada. Articular negociação, medidas judiciais e fiscalização na mesma estratégia, conforme a necessidade de proteção dos direitos.

Aprendizado institucional. Compartilhar modelos e experiências, avaliar serviços entregues e danos reparados e usar os resultados para prevenir a repetição dos conflitos.

ENTREGA INICIAL

Fluxo de apoio a casos complexos e modelo de acompanhamento de acordos, com responsabilidades, marcos de verificação e providências diante do descumprimento.

EIXO 10

Orçamento e transparência

Aplicar recursos com critérios impessoais, prevenir desvios e prestar contas das decisões e dos resultados.

Prioridades e participação. Ouvir as unidades e explicitar critérios de investimento, priorizando a atividade finalística, a redução de déficits e a continuidade dos serviços essenciais.

Orçamento compreensível. Apresentar receitas, despesas, folha, investimentos, passivos e projeções em linguagem clara. Informar decisões, aquisições e pagamentos de forma tempestiva.

Pagamentos previsíveis. Adotar critérios objetivos, impessoais e conhecidos para direitos reconhecidos e passivos, com cronograma compatível com os recursos e sem favorecimentos.

Estruturas e critérios. Divulgar quantidade, localização, finalidade e critérios de distribuição de cargos em comissão, funções de confiança e assessoramento, com prevenção de favorecimentos.

Prevenção e controles. Simplificar compras, contratos e serviços. Planejar contratações por necessidade, custo total, sustentabilidade e qualidade. Prevenir conflitos de interesses, adotar controles proporcionais aos riscos e encaminhar irregularidades aos órgãos competentes.

ENTREGA INICIAL

Mapa de riscos, medidas de prevenção e painel orçamentário, com prioridades de investimentos e cronograma de passivos financeiramente viável.

EIXO 11

Democracia interna e participação

Construir decisões com escuta, regras impessoais e respeito às competências dos órgãos colegiados.

Lista tríplice. Propor aos órgãos competentes regras que assegurem igualdade entre concorrentes, transparência e padrões éticos de campanha, protegendo a estrutura administrativa contra uso em benefício de candidaturas.

Debate de propostas. Estimular debates entre candidatos e acesso da classe aos projetos de gestão, com regras claras para a comunicação institucional no período eleitoral.

Quinto constitucional. Construir procedimento interno transparente para a etapa que antecede a formação da lista destinada às vagas do Ministério Público no Tribunal de Justiça, com participação da classe e observância das competências legais do Conselho Superior.

Consulta permanente. Instituir consultas, pesquisas e canais de participação em mudanças relevantes de carreira, estrutura, atribuições e condições de trabalho. Publicar a síntese das contribuições e a fundamentação das escolhas.

ENTREGA INICIAL

Calendário de consultas e agenda de propostas de aperfeiçoamento das regras de participação, da eleição para a lista tríplice e do procedimento do quinto constitucional.

EIXO 12

Legalidade constitucional e garantias

Exercer a missão institucional com coerência constitucional, segurança jurídica e devido processo.

Qualidade dos atos internos. Fortalecer a revisão jurídica prévia de resoluções e portarias à luz da Constituição e da legislação orgânica. Integrar esse controle à consolidação e atualização normativa.

Modelo acusatório. Defender a separação de funções investigativas e judicantes e posicionar a Instituição diante de iniciativas incompatíveis com o devido processo legal.

Garantias internas. Assegurar contraditório, ampla defesa, motivação e tratamento impessoal em procedimentos administrativos, sindicâncias e processos disciplinares, respeitadas as competências dos órgãos responsáveis.

Acompanhamento legislativo. Organizar núcleo permanente de acompanhamento de leis estaduais e municipais e de propostas relevantes, para identificar riscos de inconstitucionalidade e subsidiar atuação preventiva e as medidas de controle cabíveis.

ENTREGA INICIAL

Fluxo de revisão dos atos normativos, inventário das prioridades de atualização e rotina de acompanhamento legislativo e de riscos constitucionais.

EIXO 13

Futuro e sustentabilidade institucional

Planejar pessoas, finanças e infraestrutura para preservar a capacidade de atuação das próximas gestões.

Horizonte de dez anos. Projetar receitas, folha, aposentadorias e investimentos, com cenários e revisão periódica. Avaliar efeitos futuros das decisões e preservar o equilíbrio institucional.

Renovação da carreira. Antecipar aposentadorias previsíveis e dimensionar concursos e provimentos com antecedência, para reduzir vacâncias e garantir continuidade dos serviços.

Tecnologia durável. Planejar ciclos de atualização dos sistemas críticos, equipamentos e infraestrutura, considerando manutenção, segurança, interoperabilidade e custo total.

Gestão socioambiental. Incorporar eficiência energética, uso responsável da água, redução de papel e resíduos e critérios de sustentabilidade nas obras, compras e contratações.

Continuidade. Registrar riscos, dependências e etapas dos projetos para que investimentos e soluções essenciais tenham acompanhamento entre gestões.

ENTREGA INICIAL

Estudo de cenários para dez anos e plano de continuidade de pessoal e tecnologia, com prioridades socioambientais, custos estimados e ciclos de revisão.

EIXO 14

Aposentados e pensionistas

Manter pertencimento, atendimento acessível e tratamento transparente dos direitos e valores pendentes.

Interlocução no Gabinete. Criar canal permanente de diálogo e atendimento junto à PGJ, com acompanhamento das demandas e acesso a informações funcionais e remuneratórias.

Comunicação e memória. Reintegrar aposentados e pensionistas ao fluxo de informações e avaliar a recuperação do acesso aos canais institucionais, com segurança. Valorizar a memória e a experiência dos aposentados.

Regularização de passivos. Consolidar valores reconhecidos e pendentes e apresentar cronograma de pagamento financeiramente viável. Definir critérios objetivos de prioridade, considerando idade, vulnerabilidade econômica e tempo de atraso, quando juridicamente admissíveis.

Atendimento prioritário. Organizar resposta ágil para pessoas em situação de vulnerabilidade, com orientação acessível e busca de solução administrativa.

Prestação de contas. Informar periodicamente a evolução do passivo e do cronograma, preservando os dados pessoais e explicando eventuais ajustes.

ENTREGA INICIAL

Canal de atendimento em funcionamento, diagnóstico dos passivos e proposta de cronograma de regularização, com critérios de prioridade e rotina de informação.

EIXO 15

Resultados e prestação de contas

Converter cada compromisso em ação acompanhável e avaliar sua utilidade para as unidades e para a sociedade.

Diagnóstico único. Consolidar dados de pessoal, vacâncias, afastamentos, assessoramento, estruturas regionais, orçamento, tecnologia, demandas e passivos das duas instâncias.

Plano de execução. Vincular os quinze eixos a responsáveis, custos estimados, prazos, riscos e indicadores, incluindo medidas de transparência. Definir metas quantitativas após conhecer a situação inicial e os recursos disponíveis.

Qualidade e impacto. Acompanhar tempo de resposta, cobertura de apoio, redução de déficits, cumprimento de acordos e resultados sociais, contextualizando os dados de produtividade.

Contas periódicas. Publicar balanços semestrais com execução física e financeira, entregas, dificuldades e providências corretivas. Revisar o plano anualmente com participação interna.

Programa em evolução. Incorporar contribuições e novos diagnósticos. Explicitar alterações de prioridades, preservando os princípios do programa e a continuidade dos compromissos essenciais.

ENTREGA INICIAL

Painel dos quinze eixos e plano de execução do biênio, apresentado até 100 dias, com responsáveis, situação inicial, prazos e indicadores de acompanhamento.

IMPLEMENTAÇÃO

Prioridades e prazos

Os quinze eixos serão convertidos em um plano de execução com responsáveis e acompanhamento periódico.

Primeiros 30 dias. Organizar a escuta regional e da segunda instância. Consolidar orçamento, pessoal, contratos, projetos e passivos. Identificar urgências, riscos à continuidade e medidas imediatas de apoio às unidades.

Até 100 dias. Apresentar diagnóstico e plano de execução dos quinze eixos, com responsáveis, custos estimados, prazos, riscos e indicadores. Formalizar as entregas iniciais de cada eixo e iniciar as medidas viáveis, os fluxos de apoio e os projetos-piloto.

Primeiro ano. Executar as prioridades aprovadas, ampliar soluções testadas e avaliar sua utilidade nas unidades. Publicar balanços semestrais e realizar revisão anual com participação de membros e servidores.

Segundo ano. Consolidar as medidas avaliadas, corrigir insuficiências e concluir etapas previstas. Publicar o balanço do biênio e organizar a continuidade dos projetos e obrigações de longo prazo.

COMPROMISSO DE EXECUÇÃO

A PGJ coordenará o programa com as áreas responsáveis e os órgãos colegiados, segundo suas competências. Medidas que dependam de alteração normativa, deliberação colegiada ou recursos adicionais terão estudos e encaminhamentos próprios. O diagnóstico fundamentará as metas; a execução observará a viabilidade jurídica e orçamentária.

ACOMPANHAMENTO

Responsabilidades e resultados

Cada eixo terá um responsável identificado no plano dos primeiros 100 dias. O painel reunirá a entrega inicial, custos, prazo, indicador e situação de execução.

EIXOS 01 A 03

Autonomia, gestão e interior. Agenda institucional e regional; respostas administrativas; critérios de alocação; apoio e substituições nas unidades.

EIXOS 04 A 06

Segunda instância, pessoas e tecnologia. Modernização das Procuradorias; condições de trabalho; cobertura de férias; acesso ao cuidado; tempo poupado e qualidade das ferramentas.

EIXOS 07 A 09

Atuação finalística e soluções. Apoio criminal; projetos de tutela coletiva; acesso a direitos; reparação de danos; cumprimento dos acordos.

EIXOS 10 A 12

Orçamento, participação e transparência. Execução financeira; passivos; prevenção de conflitos de interesses; consultas e devolutivas; revisão normativa e tratamento dos riscos.

EIXOS 13 A 15

Futuro, aposentados e resultados. Projeções e continuidade; atendimento e regularização de valores; entregas e execução física e financeira do programa.

Balanços semestrais e revisão anual. Informar entregas, execução física e financeira, dificuldades e correções. Publicar informações agregadas, preservando sigilo e dados pessoais.

CRONOGRAMA

Entregas previstas

Da escuta inicial à consolidação do biênio.

1

Até 30 dias

Diagnóstico e prioridades

- Escuta regional e da segunda instância.
- Mapa de pessoal, orçamento e projetos.
- Urgências e riscos à continuidade.

2

Até 100 dias

Plano e início da execução

- Plano dos 15 eixos com responsáveis, custos, prazos e indicadores.
- Formalização das entregas iniciais.
- Início das medidas viáveis e projetos-piloto.

3

Primeiro ano

Execução e avaliação

- Prioridades aprovadas em execução.
- Ampliação de soluções testadas.
- Avaliação e revisão anual do plano.

4

Segundo ano

Consolidação e continuidade

- Conclusão das etapas previstas no biênio.
- Balanço final e correção de insuficiências.
- Continuidade dos projetos de longo prazo.

BALANÇOS SEMESTRAIS



Prazos a partir do início da gestão.